

péa. Pompéia a Tupã e Flórida a Dracena, todos na Alta Paulista, visto se acharem em precárias condições de trânsito e os serviços de asfaltamentos estarem atrasados e morosos.

Justificativa

A estrada oficial Marília-Tupã, em sua quase totalidade ainda é de chão batido, já que o asfaltamento está-se processando morosamente, se acha bastante danificada em razão das últimas e prolongadas chuvas. O trânsito é grande e os prejuízos dos motoristas e veículos são enormes, pelos atrasos nas viagens, maior consumo de gasolina e quebras nas viaturas. Estando firme o tempo, urge que as máquinas mo-oniveladoras do Departamento de Estradas de Rodagem façam repasses e reparos na aludida rodovia, pondo assim termo ao grande número de reclamações que, com razão, estão fazendo os usuários.

Além desta indicação, estou também encaminhando à Mesa dois projetos de lei: um que visa declarar de utilidade pública o "Bercário de Tupã" e outro que também visa declarar de utilidade pública a "Casa da Criança" — Hospital e Maternidade São Paulo — de Tupã.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Osvaldo Santos Ferreira. (Pausa.) — Tem a palavra o nobre deputado Anacleto Barbosa. (Pausa.) — Tem a palavra o nobre deputado Jacob Pedro Carolo. (Pausa.) — Tem a palavra o nobre deputado Archimedes Lammoglia.

O SR. ARCHIMEDES LAMMOGLIA (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. deputados, no ano passado eu trouxe a esta tribuna um relatório, do qual fiz uma representação ao Sr. Presidente, sobre a maneira de se tratar o mau trato que teve para com este deputado — não propriamente para com o deputado, mas, sim, para com o cidadão — na Av. Liberdade um guarda de trânsito, que inclusive chegou à barbaridade de me dar voz de prisão. Não sei, até o momento, do destino daquela minha representação, que fiz, repito, não por ser deputado, mas como cidadão, devido à deslealdade e pouca educação com que os guardas de trânsito, até aquela altura, vinham tratando as pessoas, os motoristas. Era necessário que alguma providência fosse tomada.

Aguardo a solução daquela minha representação, para ulterior manifestação de minha parte.

Anteontem, Sr. Presidente e Srs. deputados, ocorreu o contrário: um cidadão, dizendo-se funcionário da Secretaria da Segurança, ameaçou passar sobre o guarda da Força Pública que mantinha ordem no trânsito na esquina da Rua Aurora com Rua Conselheiro Nêbias, que das 17 às 19 horas um guarda de trânsito da Força Pública ali permanece, para atender aos pedestres que não podem atravessar a Av. São João. Aquele cidadão, motorista de uma "perua", além de maltratar o guarda, perturbar o trânsito, disse que era funcionário da Secretaria da Segurança.

Trago hoje, pois, a esta tribuna a minha manifestação, para que S. Exa. o Sr. Secretário da Segurança tome as devidas providências, porque não é justo, não é lícito, não é humano que um cidadão, por ser funcionário da Secretaria da Segurança, perturbe o bom andamento do serviço de quem está trabalhando e destrua as pessoas. Aliás, não posso crer que se trate realmente de um funcionário da Secretaria da Segurança, pois aquela Secretaria tem por finalidade fundamental manter a ordem e demonstrar, por intermédio dos seus funcionários, consideração e respeito para com os cidadãos.

O fato acima ocorreu por volta das 17h35 horas e o número da chapa da "perua" era 32.200. Espero que o Sr. Secretário da Segurança Pública possa trazer ao conhecimento deste deputado, ou da Assembleia, que realmente não se trata de funcionário daquela Secretaria, pois, repito, não posso acreditar em tal fato.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Avalone Júnior. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Sôlen Borges dos Reis. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Onofre Gossu. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Roberto Brambilla. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Paulo de Castro Prado. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Farabudini Júnior. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Moysés Tobias.

O SR. MOYSÉS TOBIAS — (Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. deputados desejo registrar aqui a euforia que vai pelo interior, por motivo da fixação dos preços mínimos a vigorarem já na próxima safra de cereais. Em razão disso, proprietários, meeiros, arrendatários e colonos se apressam para duplicar a extensão de terreno a ser plantado na certeza de que não sofrerão prejuízos, pois confiam na honestidade e na palavra do Chefe da Nação. Sabem todos que desta vez alguém olha para a desventura da agricultura nacional, enchendo de esperanças os homens ruins e sofridos que amam a terra, para que possam com redobrada coragem orar o alimento indispensável para sustentar esta nação. A esta altura ninguém mais pode se iludir: sem o aumento da produção agrícola jamais seremos uma nação forte e independente. Que não fique desprezado o Governo da União e mande proceder ao levantamento da produção agrícola de cereais já nas vésperas da próxima colheita a fim de tomar providências para exportar o excedente dessa mesma produção, que tudo faz crer seja uma das maiores já registradas. Que não aconteça com os cereais o mesmo que com a compra de café feita pelo governo anterior, quando a firma eleita para representá-lo pagava no interior preço abaixo do fixado, recebendo depois a sua totalidade, em detrimento do produtor. Além do mais, as estatísticas que acusam milhares de sacas de café armazenadas, infringindo ipso facto na política de preços do produto, em sua maioria as sacas ao invés de conter café contêm lixo, denunciando uma autêntica fraude contra a nação. Não estamos portanto que o agricultor brasileiro seja um, descrente, pois, recebendo pouco pelo seu produto, vê o povo pagar muito, e a sua curta os espertalhões vivem como nababos e uma indústria fictícia é sustentada pelo dólar-café. Que não se repita portanto o vergonhoso e enxovante episódio da compra do chamado "feijão podre", nem a importação de batata e cebola às vésperas das nossas safras, obrigando os produtores a atirarem a sua colheita nos rios e ribeiras, pela falta de mercado. Fixo o preço mínimo também para o cacau, resta agora a vez do café, que necessita ser amparado, remunerando-se justamente o lavrador para que ele possa pagar salário humano ao trabalhador rural, continuando o produto a fornecer recursos em divisas para o Brasil e não para os contrabandistas, como vinha acontecendo até aqui. Para isso elegemos o Sr. Jânio Quadros.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Jethero de Faria Cardoso.

O SR. JETHERO DE FARIA CARDOSO — Sr. Presidente, Srs. deputados, a elevação do custo de vida atinge índices que preocupam a todos os setores profissionais. Dentre esses setores, destaca-se um que apresenta um velho defasamento no reajustamento de seus salários e vencimentos. Referimo-nos aos servidores do Poder Executivo. Mesmo sem referências à recente elevação do custo de vida, que prossegue acelerada, prendendo-se tão só aos acontecimentos de janeiro e fevereiro que se passaram nesta Casa e na Câmara Municipal, quando foram aprovados os reajustamentos salariais, concluímos que maiores distorções foram imprimidas ao problema. Os servidores da Prefeitura Municipal receberam 45% de reajustamento. Os servidores federais estão em nível bem mais alto e já estão iniciando nova campanha. Os servidores do Executivo estadual ficaram na seguinte situação: Abono de 21,6 a 30% e mais um quinquênio de 2,5%, sendo que a contagem de tempo, para percepção deste adicional, leva segundo consta de dois a três anos para ser concluída, tal a sua complexidade. Some-se a tudo isto as consequências da 204 e podemos avaliar a penúria do servidor público estadual.

Como o Sr. Governador do Estado deve reformular a questão dentro de breves dias ou de poucos meses, as Associações ligadas dos servidores públicos, reunindo-se ontem de manhã, deliberaram duas grandes resoluções:

1.º — Editar um jornal que abordará, além dos problemas gerais da classe (reajustamento, estatutos etc.), também as reivindicações por setor e categorias funcionais, sendo indicados para preparação do órgão da classe os representantes das associações do DER, da Caixa Econômica e dos diretores. (Esperam as coligadas dar publicidade do primeiro número dentro de 30 dias).

2.º — Iniciar campanha pelo reajustamento dos salários e vencimentos dos servidores públicos, elaborando consubstanciado memorial que será entregue ao Sr. Governador do Estado. Para minutar o importante documento, foram indicados os representantes das associações dos Contadores, de D.E.R., da Assembleia Legislativa e da Caixa Econômica do Estado. Este memorial deverá ser aprovado em redação final na reunião plenária das coligadas, a realizar-se na próxima quarta-feira, dia 19, às 9h30, à Rua Fernsosa 367, 16.º andar. Estas medidas visam também colocar nos exatos termos a situação salarial dos servidores do Estado.

Era o que tinha a dizer Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Juvenal Rodrigues de Moraes. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Henrique Peres.

O SR. HENRIQUE PERES (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. deputados, não me cansarei, enquanto puder usar a tribuna desta Casa do povo, de verberar a ação inconsistente do D.E.R. com reticência a ligação de Mogi das Cruzes a esta Capital.

Tem sido este Departamento um sorvedouro terrível dos dinheiros do povo, pois a sua ação nesse campo de atividades tem sido desastrosa.

As estradas feitas ao tempo do ex-Governador já não existem, tais os métodos usados, criminosamente usados, pelo Departamento de Estradas de Rodagem.

Não há critério técnico nem critério moral na feitura das estradas;

pelo menos é o que ressalta à vista daqueles que se utilizam das estradas existentes na zona norte do Estado.

Não é possível conceber que a Secretaria da Viação e Obras Públicas, pelo seu titular, não tenha tomado providência alguma para coibir esse desbarratamento dos dinheiros públicos.

Enormes verbas do D.E.R. são consumidas, pelo menos na minha zona, isto é zona norte do Estado, na feitura e conservação das estradas estaduais. No entanto, nem estradas nem conservação; retrocedemos na abertura dos caminhos e nesta época em que as estradas deveriam ser de primeira ordem, as de minha zona são de infima ordem. Nenhuma providência se toma no sentido de corrigir essas graves irregularidades.

Um inquérito sério deveria ser instaurado para a apuração das responsabilidades.

Mas essas providências não virão, estão acobertados pela influência política os responsáveis por esses crimes contra o povo. A ligação Mogi das Cruzes-São Paulo, por onde se escoia a grande produção agrícola industrial da vastíssima zona, dentro de bem pouco tempo, não poderá ser transportada para este centro de consumo que é a Capital Paulista.

Mas não é somente o Estado o responsável; a Prefeitura da Capital também não se interessa por aquela ligação.

Veja-se o trecho dentro do município, de Itam, São Miguel e Penha: intransitável.

Verbas consignadas no orçamento da Prefeitura da Capital, conseguidas pelo vereador Tarclio Bernardo, de São Miguel Paulista, foram consumidas sem nenhum aproveitamento para aquela rodovia.

É necessário que o Governo do Estado, através da Secretaria da Viação e Obras Públicas, tome providências no sentido de preservar o trânsito naquela rodovia.

A Prefeitura da Capital, através do seu novo titular, deve tomar providências no sentido de dar livre acesso à população daquela zona, dando meios para a locomoção daquela população que trabalha em São Paulo e que não pode se utilizar dos veículos transportadores porque estes não podem trafegar naquela rodovia, tal o lamentável estado em que se encontra.

Faço um apelo ao Secretário da Viação para que tome providências no sentido de reparação daquela estrada, ao Dr. Prestes Maia, para que pelo menos mande tapar os buracos existentes entre Itam e Penha, assim como os da Avenida Celso Garcia e Rangel Pestana, e tenha certeza, só com este serviço, merecerá o respeito e a gratidão de uma densa população do Estado.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Ciro Albuquerque.

O SR. CIRO ALBUQUERQUE — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente e Srs. deputados, um promotor público vem de dar um despacho que constitui nova perspectiva para o Ministério Público de nosso Estado, na mentalidade renovadora no critério e no encaminhamento dos delitos.

Traia-se, Sr. Presidente e nobres colegas, do julgamento de uma infeliz que, havendo furtado objetos avaliados em trezentos e quarenta cruzeiros, foi absolvida face ao despacho do promotor da Vara, Dr. Carlos Eduardo de Barros Brizola. Este promotor público deu o seu parecer no sentido de afastar a imputação em face da prova colhida e da situação da indiciada.

Ora, Sr. Presidente e nobres colegas, são aspectos que, à primeira vista, não se revestem de maior importância, mas que se constituem numa mensagem renovadora. Este promotor público, corajosamente, afirma, em seu despacho, que, sendo absolvidos "play-boys" estrupadores de moças não se deve condenar uma infeliz ladra que roubou trezentos e quarenta cruzeiros em diversas utilidades.

Eis aí uma afirmativa. Sr. Presidente e nobres Srs. deputados, que define um novo aspecto de julgamento, de solidariedade humana, por parte do Ministério Público, através de um promotor que, tenho a certeza, passará, doravante, a merecer, não só a estima geral do povo do seu Estado, como, sobretudo, o respeito da opinião pública nacional, pois que S. Exa. faz uma afirmativa em que situa a justiça numa nova posição de julgamento, numa posição mais equânime, numa posição mais humana, numa posição mais cristã, numa posição infensa às influências econômicas e ao prestígio político daqueles que se envolvem na senda do dolo e do crime.

Desejaria, nesta oportunidade, felicitar esta tribuna a este ilustre promotor público fazendo sentir a S. Exa. que uma nova bandeira foi desfraldada no Ministério Público de São Paulo com a sua corajosa afirmativa. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Leônicio Ferraz Jr. (Pausa.) Estando ausente S. Exa., tem a palavra o nobre deputado Vicente Botta.

O SR. VICENTE BOTTA — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. deputados está na ordem do dia do movimento operário brasileiro e principalmente do movimento sindical de São Paulo a questão da escala móvel de salários. Esta reivindicação vinha sendo estudada, de há muito, pelos trabalhadores em geral, porém, surgiu à tona dos acontecimentos, nestes últimos dias, provocada em face de recente pronunciamento do próprio Presidente da República.

Entretanto, a primeira proposição sobre o assunto, apresentada à Câmara dos Deputados, se deve à autoria do deputado Bilac Pinto e é datada de dezembro de 1951. Esse projeto previa aumento automático de salários de 6 em 6 meses, obedecida a elevação do custo de vida e sempre que ficasse comprovada essa elevação.

Nesta proposição, o seu autor defendia tese de que tanta a escala móvel de salário deveria comportar aumento como redução caso ficasse comprovada a elevação ou a redução do custo de vida.

Apesar dos esforços do seu iniciador, o projeto não conseguiu lograr êxito, pois, permanece, até hoje, nas comissões, sem a devida apreciação.

Além do mais, nem patrões, nem operários, nem mesmo os dirigentes sindicais se interessaram pelo assunto. O fato é que, presentemente, volta ao cenário das reivindicações populares a questão do salário móvel.

Somos, Srs. deputados, dos que consideramos inteiramente justa essa modalidade de reajustamento salarial.

Num país como o nosso, em que fatores os mais diversos, desde a inflação até a remessa indiscriminada de lucros espantosos, de empresas estrangeiras que aqui atuam, levam o país a uma economia inteiramente instável, torna-se necessário um tipo de reajuste das condições de vida dos que trabalham tão rápido e imediato que acompanhe a elevação continuada do custo de vida, sem permitir as desigualdades causadoras dos conflitos sociais.

A escala de salário móvel surge, desse modo, como aquele remédio capaz de reparar essas desigualdades imediatamente, de forma automática, sempre no interesse dos que trabalham e produzem as riquezas da Nação.

Contudo, é preciso levar-se em conta o fato de que, por mais positivo que seja qualquer sistema salarial, inclusive este que estamos abordando, não poderá ele ser adotado sem que se entregue o seu controle diretamente aos sindicatos de trabalhadores. Eles não podem ficar à margem do problema e é por isso que, no instante em que o assunto se agita, julgamos que a eles deve ser confiada a tarefa principal de influir na elaboração da escala desejada.

Era o que tínhamos a dizer.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Fernando Mauro.

O SR. FERNANDO MAURO — (Sem revisão do orador) — Sra. Presidente, Srs. deputados, venho a esta tribuna cumprimentar o Dr. Francisco Morato de Oliveira, dinâmico Presidente do Instituto de Previdência do Estado de São Paulo, pelo término da obra gigantesca do Hospital dos Servidores do Estado, o qual deverá entrar em breve em funcionamento, sendo considerado o mais moderno nosocômio do Brasil. Também S. Exa. aumentou o número de construções de casas próprias para funcionários públicos e aos securitários daquele Instituto. Contribuiu também de maneira objetiva para a construção de grandes obras do Plano de Ação do Governo de Carvalho Pinto. Agora S. Exa. institui uma nova modalidade de arrecadação das contribuições dos servidores do Estado, que serão beneficiados pelo referido Instituto, constando de um convênio com a Caixa Econômica do Estado e facilitando e garantindo principalmente o servidor do interior. Esta inovação sobre forma de "carnet" permite ao securitário evitar extravio de dinheiro e ficará menos onerosa àquele Instituto, principalmente após a aprovação da Lei 6.047, que estende os benefícios daquela autarquia aos servidores das prefeituras interioranas. O novo sistema, que dá maior amparo e maior segurança, é agora anisado, mostrando-nos a sua utilidade.

Sr. Presidente, Srs. deputados, desde a criação do Instituto, em 1939, o sistema de arrecadação das contribuições foi sempre o de desconto em folha, quanto aos prêmios de pecúlio obrigatório e prestações de financiamentos imobiliários, quando o interessado fosse funcionário efetivo. Para os demais e mesmo não funcionários, porém inscritos na Carteira Predial, para o qual era necessário a sua inscrição facultativa, era emitido elevado número de recibos mensais, mecanizados, sujeitos a conferência, trabalho volumoso e que não pode ser feito com grande rapidez, redundando disso a exigência de mais servidores para o seu processamento.

Com as medidas postas em prática, de recolhimento direto a Tesouraria do Instituto trouxe a esta um afluxo tão grande que foi necessário o desdobramento do seu horário, para o seu atendimento. As remessas do Interior do Estado, exigíveis sempre por cheques pagáveis na Capital, vem provocando mais